

DEOLINDA DUARTE CHANÇA

INTERNALIZAÇÃO EM CRIANÇAS DA
COMUNIDADE PÓS-DIVÓRCIO: EFEITOS DO
AJUSTAMENTO PSICOLÓGICO DOS PAIS E DA
PARENTALIDADE E COMPARAÇÃO COM CRIANÇAS
EXPOSTAS A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Orientador Científico: Professor Doutor Diogo Lamela

Universidade Lusófona do Porto
Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto

Porto

2015

Deolinda Duarte Chança

Internalização em crianças da comunidade pós-divórcio:
efeitos do ajustamento psicológico dos pais e da
parentalidade e comparação com crianças expostas a
violência nas relações íntimas

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde

Orientador científico: Professor Doutor Diogo Lamela, ULP

Arguente: Prof. Doutor Ricardo Pinto, ULP

Presidente: Prof.^a Doutora Inês Jongenelen, ULP

Universidade Lusófona do Porto
Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto

Porto

2015

Agradecimentos

Não é fácil direccionar agradecimentos quando tanta gente faz parte da nossa vida e todos de alguma forma contribuem para que consigamos chegar onde tanto ambicionamos. E por isso, agradeço de uma forma geral a esse “todos” que rodeiam a minha vida e me fazem directamente/indirectamente atingir os meus objectivos e sonhos, afinal, sozinhos quem somos e para que somos?

Agradeço imenso e mais directamente ao meu Marido Duarte e Filha Matilde que muitas vezes passaram para segundo plano para que eu conseguisse umas horas sozinha a analisar/pesquisar bibliografia necessária a este trabalho, são realmente o centro do meu mundo e mesmo umas horas em segundo plano não mudam em nada o tudo que são para mim.

Agradeço ao meu Professor e Orientador Doutor Diogo Lamela a disponibilidade, paciência e o acreditar sem fim que sempre demonstrou ter em mim.

Agradeço a todas as minhas colegas de curso que sempre se mostraram atenciosas e disponíveis.

Por fim, e porque sempre foi uma pessoa especial no meu percurso académico, agradeço à minha Amiga Fátima Antão pela constante presença, força e carinho.

A todos muito Obrigada!

Resumo

O impacto da dissolução conjugal no ajustamento psicológico dos filhos é um tema com bastante representação na investigação empírica internacional (Lansford, 2009; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009). No entanto, reduzidos estudos sobre esta problemática em Portugal foram realizados até ao momento, o que impossibilita compreender as variáveis associadas ao ajustamento psicológico das crianças, cujos pais se divorciaram. Orientada por uma perspectiva da Psicopatologia do Desenvolvimento dos Sistemas Familiares e pelo Modelo Interactivo dos elementos teóricos da parentalidade, a presente dissertação tem como finalidade compreender as variáveis que se associam a problemas aumentados de internalização em crianças filhas de pais divorciados. Utilizando uma amostra de 314 pais divorciados recolhidos num estudo online de design transversal, a presente dissertação tem três objectivos de investigação: (1) Analisar se sintomas aumentados de internalização variam em função do nível de ajustamento psicológico dos pais, (2) analisar se os sintomas aumentados de internalização nas crianças variam em função da parentalidade positiva dos pais, e por fim, (3) investigar se há diferenças nos sintomas aumentados de internalização das crianças de pais divorciados da comunidade, em comparação com uma amostra de crianças em mães divorciadas de uma amostra em alto-risco (vítimas de violência na intimidade). Os resultados sugerem a existência de diferenças estatisticamente significativas, verificando que os pais com menor ajustamento psicológico ao divórcio relataram mais sintomas de internalização nos filhos do que os pais com maior ajustamento ao divórcio, os pais com maior sentido de mestria ambiental relataram significativamente menos sintomas de internalização dos filhos do que os pais com menor sentido de mestria ambiental e que os pais com menores níveis de auto-aceitação revelaram níveis de sintomatologia de internalização significativamente superiores nos seus filhos, em comparação com pais com maiores níveis de auto-aceitação. Comparando os dados entre a amostra da comunidade e a amostra exposta a violência nas relações íntimas, conclui-se que as crianças do grupo de alto-risco apresentaram níveis significativamente superiores de sintomas de internalização comparadas com as crianças do grupo da comunidade.

Abstract

The impact of marital dissolution in the psychological adjustment of children is a high topic in international empirical research (Lansford, 2009; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009). Guided by a perspective of Developmental Psychopathology of Family Systems and by the Interactive Model of Parenting, this study had as purpose to understand the variables that were associated with increased internalizing problems in children of divorced parents. Using a sample of 314 parents divorced collected in an online study with a cross-section design, this study had three research aims: (1) to analyze whether increased internalizing symptoms vary depending on the parents' psychological adjustment levels, (2) to test whether increased internalizing symptoms in children vary based on parents' positive parenting and finally, (3) to investigate whether there were differences in increased internalizing symptoms between children of community divorced parents and high-risk divorced mothers (victims of violence in close relationships). The results suggested that parents with lower psychological adjustment to divorce reported more internalizing symptoms in children than parents with higher adjustment to divorce. Parents with greater sense of environmental mastery reported significantly fewer symptoms the internalizing symptoms than parents with lower sense of environmental mastery. Parents with lower levels of self-acceptance symptoms showed significantly higher levels of internalization at your children, compared with higher levels of self-acceptance. Comparing data between the community sample and the sample exposed to violence in intimate relationships, children of the high-risk group had significantly higher levels of internalizing symptoms compared to children of the community group.

O divórcio tem sido descrito como um evento stressante para as famílias, nomeadamente porque implica uma série de mudanças e adaptações na vida dos pais e das crianças (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). Tal como outras situações familiares stressantes, o divórcio aumenta a probabilidade de pais e crianças evidenciarem mal-estar psicológico (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2014). O tema tem sido estudado mundialmente desde a década de cinquenta. No entanto, um conjunto de autores sugerem que a investigação empírica desenvolvida entre as décadas 50 e 70 do século XX foi sustentada numa visão do divórcio como causador de défice, não equacionando as variáveis que poderiam contribuir para trajectórias resilientes a este evento familiar (Amato, 1994; Ramires, 2004; Souza, 2000).

Todavia, a investigação empírica tem demonstrado com consistência que os filhos de pais divorciados, quando comparados com filhos de pais casados, apresentam uma probabilidade aumentada de problemas de ajustamento psicológico e social (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). Por exemplo, a metanálise de Amato e Keith (1991) revelou que crianças de pais divorciados, quando comparadas com crianças que vivem em famílias com pais casados, apresentavam menores níveis de bem-estar, incluindo menor realização académica, autoconceito, ajustamento psicológico, maiores dificuldades nas relações sociais e menor qualidade de vinculação com os pais. Posteriormente, o autor realizou novas análises onde incluiu os resultados dos estudos publicados nos anos noventa e os comparou com os resultados da metanálise anterior (Amato e Keith, 2001). Esta nova metanálise sugeriu que os filhos de pais divorciados, em comparação com os filhos de pais casados, continuam a apresentar menor ajustamento psicológico, menor realização académica, e maiores dificuldades comportamentais, do autoconceito e das relações sociais. Nesta metanálise, Amato et al. (2001) relevou ainda que crianças que cresciam com ambos os pais (famílias estáveis/pais casados) tinham menos probabilidade de experienciar uma grande variedade de problemas emocionais, sociais e cognitivos, não só durante a infância, mas também na idade adulta.

Considerando estes resultados, um conjunto de autores têm questionado a origem das diferenças no ajustamento das crianças em função do estado civil dos pais (e.g., Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Hetherington & Kelly, 2002; Kelly & Emery, 2003) por exemplo, sustentando-se na investigação empírica prévia, argumenta que não é o divórcio *per se* que é a fonte da variabilidade nos indicadores do ajustamento psicológico entre os membros de famílias com pais casados e pais divorciados, sendo que outras variáveis do

funcionamento individual, familiar e contextual poderão moderar o impacto do divórcio nas trajetórias de desenvolvimento. Por exemplo, Amato et al. (2001) apontou que as crianças que crescem em famílias estáveis, com ambos os pais, apresentavam níveis mais elevados de qualidade de vida, beneficiavam de maiores níveis de efetividade parental, coparentalidade, proximidade emocional com ambos os pais e estão também sujeitas a menos situações de stress.

Em síntese, atualmente, os investigadores centram-se mais na procura dos fatores, modelos e processos que expliquem como a separação/divórcio pode afetar o ajustamento da criança, em vez da comparação do ajustamento entre crianças de famílias divorciadas e intactas (Kelly & Emery, 2003; Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro, & Prego, 2011). As conclusões revelam que a separação/divórcio pode acarretar efeitos negativos no ajustamento da criança, no entanto, na maior parte das vezes, de forma transitória (Clarke-Stewart & Brentano, 2006; Nunes-Costa et al., 2009; Raposo et al., 2011). Uma outra visão mais recente da investigação tem mostrado que o divórcio pode contribuir para o aumento de bem-estar subjectivo de pais e crianças, bem como para a diminuição da psicopatologia e aumento da qualidade das relações parentais e coparentais (Krumei, Mahoney, & Pargament, 2011; Lamela, Figueiredo, Bastos, & Feinberg, in press; Luhman, Hofman, Eid, & Lucas, 2012; Yarnoz-Yaben, 2010), sendo que o nível de ajustamento psicológico pode depender do nível de ajustamento psicológico dos pais e de dimensões da parentalidade positiva (e.g., Hetherington & Kelly, 2002; Nunes-Costa et al., 2009). Com base nestes resultados empíricos, o presente estudo pretendeu analisar como o ajustamento psicológico ao divórcio dos pais e a parentalidade positiva estavam associados aos níveis de internalização das crianças. Adicionalmente, com base no pressuposto teórico defendido por alguns autores de que o divórcio não é por si um evento automaticamente gerador de mal-estar psicológico e *outcomes* desenvolvimentais negativos nos membros da família, esta investigação testou também se os sintomas de internalização de crianças com pais divorciados da comunidade se distinguem dos sintomas evidenciados por crianças de mães divorciadas vítimas de violência na intimidade (amostra de alto-risco).

Parentalidade

O conceito de parentalidade é definido por vários investigadores como sendo o conjunto de actividades/tarefas planeadas com o propósito de assegurar a sobrevivência, o cuidado e o desenvolvimento da criança num ambiente seguro e protector, de modo a garantirem a socialização e a autonomia da criança (Cruz, 2005). Também a Convenção

sobre os Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) preconiza, no seu artigo 27º, que cabe primeiramente aos pais e às pessoas que têm a criança a seu cargo (i.e., cuidadores primários) a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social da criança. Segundo os autores Barroso, R., & Machado, C., (2010) é histórica e politicamente esperado, que os pais/cuidadores facilitem e orientem o desenvolvimento dos seus filhos, sendo dentro deste princípio que na comunidade científica aborda o conceito de parentalidade e se desenvolve o estudo dos processos e actividades parentais.

Estilos parentais e desenvolvimento psicológico da criança

Os estilos parentais referem-se a um padrão global de características da interação dos pais com os filhos em diversas situações, um conjunto de atitudes que propicia um clima emocional em que as práticas se expressam (Tornarí, Vandemeulebroecke, & Colpin, 2001).

Os primeiros estudos sobre esta temática surgem com Baumrind (1971), onde procurou integrar aspetos comportamentais e afetivos envolvidos na educação dos filhos. A autora propôs três estilos parentais: “com autoridade” (authoritative), autoritário e permissivo. Na década de 1980 MacCoby e Martin (1983), a partir dos estudos de Baumrind (1971), definiram os estilos parentais em função de duas dimensões subjacentes: a exigência (controle) e o apoio (afeto). Os estilos parentais que surgem como resultado desta combinação são os mesmos propostos por Baumrind (1971), com a diferença de que o estilo permissivo foi dividido em dois: o negligente e o indulgente. Assim, pais e mães autoritários possuem muita exigência e pouco afeto, os “com autoridade” fazem muita exigência e ao mesmo tempo são envolvidos afetivamente com seus filhos, os indulgentes estabelecem pouco controle e são muito afetivos e, por último, pais e mães negligentes são permissivos e indiferentes, com baixo grau de controlo e afeto para com os filhos.

Parentalidade Positiva

Na literatura, a parentalidade positiva tem sido definida como a utilização de estratégias parentais para promover comportamentos positivos nas crianças e para a promoção da auto-regulação comportamental das crianças (e.g., imposição regras, aplicação de estratégias efetivas e não-coercivas de controlo e modelação comportamental) (Sanders, 2012). Sanders (2012) apresentou cinco pressupostos da parentalidade positiva:

(1) assegurar um ambiente seguro e estimulante, (2) criar um ambiente de aprendizagem positivo, (3) usar disciplina assertiva, (4) ter expectativas realistas, (5) tomar conta de si enquanto pai. Atendendo a estes contributos anteriores, torna-se clara a complexidade envolvida no desenvolvimento de uma parentalidade positiva, pelo que a intervenção dos pais surge como indispensável para o desenvolvimento da criança.

A parentalidade positiva é conceptualizada como resultado da auto-regulação dos pais. A auto-regulação refere-se à capacidade para alterar os seus comportamentos de acordo com algumas normas, ideais, metas internas ou expectativas sociais (Baumeister & Vohs, 2007). A auto-regulação parental requer o estabelecimento de objetivos e valores educacionais, reconhecendo a necessidade para usar um plano ou mudar padrões de comportamento habituais, planejar, resolver problemas inesperados, monitorar o comportamento deles e de seus filhos e superar barreiras (Sanders, 2008). Aplicando o conceito de auto-regulação nos processos parentais para predição da parentalidade positiva, Sanders e Mazzucchelli (2013) definiram uma sequência de cinco etapas, a (1) auto-determinação de objetivos parentais, o que pode implicar o reconhecimento da necessidade de mudança; a (2) auto-monitorização; a (3) aplicação e adaptação de planos; a (4) auto-avaliação em função de objectivos específicos; e o (5) auto-reforço.

Ter filhos é, em si mesmo um privilégio e por isso, para que o exercício parental seja um acto natural e satisfatório, defende que os pais devem ter como foco o cuidado de si próprios enquanto pessoas e enquanto pais “Taking care of yourself as a parent and a person”,(Sanders, 2008), defendendo também, que antes mesmo de ser um bom pai/uma boa mãe tem de se estar bem consigo próprio, deve questionar-se em relação ao que sente consigo próprio, quais os papeis da sua vida (conjugalidade e parentalidade), que prioridades estabelecer e como as actualizar (Sanders, 2007).

A adaptação parental às exigências educativas requer a capacidade dos pais para regular o seu próprio comportamento em resposta á sua percepção e interpretação do comportamento da criança, enfrentando ao mesmo tempo muitos outros desafios, tanto na profissão como na vida adulta relacional. Como tal, a adaptação parental pode ser postulada como envolvendo uma relação dialética entre os esforços dos pais para regular o seu próprio comportamento (auto-regulação), e suas tentativas de regular o comportamento do seu filho, saúde e desenvolvimento (tarefas parentais). O primeiro é um processo íntimo e individual, enquanto o último é interpessoal e transaccional, (Cheron, Ehrenreich, & Pincus, 2009), mas cada um influencia o outro. As ações dos pais em regular o comportamento das crianças têm sido foco de muita investigação, principalmente através

da identificação de diferentes estratégias e ações de parentalidade, ou diferentes estilos parentais, para melhor explorar o impacto dessas dimensões no desenvolvimento das crianças e sua adaptação (Gutman & Feinstein, 2010; Maccoby, 2000; Pereira, Canavarro, Cardoso, & Mendonça, 2009). Enquanto isso, processos de auto-regulação dos pais têm sido menos estudado. No entanto, a maioria das intervenções parentais assumem hoje a necessidade de melhorar as habilidades de auto-regulação dos pais e suas competências como forma de promover a parentalidade positiva (Sanders, 2008; Sanders & Mazzucchelli, 2013). Compreender a adaptação parental como um processo de auto-regulação é especialmente crítico em situações onde existam exigências adicionais devido à criança, características como temperamento difícil, problemas de desenvolvimento, psicopatologia ou doença crónica, ou para o contexto familiar e social, tais como transições familiares, falecimento ou dificuldades económicas. No entanto, a auto-regulação parental é também relevante nas interações diárias educativas onde os pais têm de antecipar, identificar, reconhecer e resolver uma infinidade de problemas de educação e de saúde, muitas vezes em contextos altamente emocionais (Barros, 2015).

Desregulação emocional dos pais

Embora sejam poucos os estudos empíricos sobre as consequências da auto-regulação parental, ou sobre o uso de estratégias de regulação emocional em função dos comportamentos de parentalidade, alguns estudos têm destacado as consequências negativas que a pobre auto-regulação parental ou desregulação emocional, traduzido na expressão emocional inadequada pode contribuir para duras ou punitivas estratégias de disciplina ou de intensa raiva, hostilidade ou frustração (Dix, T., 1991). Por exemplo, a expressão repetida e evidente da combinação entre a depressão e a hostilidade parental (Reeb, Conger, & Wu, 2010), ou a depressão e a ansiedade (Kane & Garber, 2004), foram associados a problemas nas crianças tanto em sintomas de externalização como de internalização. Carrère e Bowie (2011) mostraram que os pais com dificuldades na regulação nas expressões de hostilidade tiveram filhos com mais problemas de externalização. Por outro lado, dificuldades de auto-regulação materna, traduzida na utilização mal adaptada de estratégias de externalização, (atirar objectos, auto-mutilação, uma luta para comer, etc.), foram associadas com menos disponibilidade emocional e menor capacidade de resposta para a criança (Kim, 2010). Patterson (1982), em sua obra clássica sobre a coerção familiar, destaca como padrões disfuncionais que a interação pai/criança pode resultar de ineficazes tentativas do adulto e da criança em regular a sua

emocionalidade negativa, ou como os pais reverterem para comportamentos negativos e fisicamente abusivos quando estão com raiva ou emocionalmente fora de controlo.

Parentalidade e ajustamento psicológico das crianças pós-divórcio

Se o ajustamento psicológico dos pais potencia um melhor exercício da parentalidade e define a sua qualidade, é então fundamental que se constitua como tema central na avaliação da relação entre pais e filhos, não apenas com uma função “diagnóstica”, mas também como motor de promoção de mudança com vista a uma configuração familiar mais adequada e positiva. O divórcio é provavelmente um dos grandes eventos familiares com maior potencial de comprometer o desenvolvimento positivo das crianças (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). A investigação tem sugerido que a percepção da criança acerca do grau de conflito interparental funciona como um mediador na presença/ausência de sintomas psicopatológicos, em que quanto maior a percepção da destrutibilidade dos conflitos entre os pais, maior o risco para problemas de ajustamento na criança (Cummings & Davies, 2011). Crianças envolvidas em divórcios altamente conflituosos parecem apresentar mais problemas de externalização, quando comparadas com crianças que experienciam separações parentais com baixos níveis de conflito. Os processos familiares, como a parentalidade inconsistente, baixos níveis de parentalidade positiva, conflito interparental e desestruturação da estrutura familiar explicam muitos dos sintomas psicopatológicos encontrados entre as crianças dos pais divorciados. (Kelly & Emery, 2003).

Alguns estudos têm demonstrado que as práticas parentais são particularmente críticas e suscetíveis de explicar os efeitos da separação ou divórcio dos pais na criança. Para Amato (1991), a qualidade da parentalidade é um dos melhores preditores do bem-estar social e emocional da criança. No período inicial da dissolução conjugal, os pais estão mais centrados no seu ajustamento às mudanças familiares, por isso, tanto a consistência como a concordância nos cuidados da partilha de um estilo parental democrático podem ser difíceis (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela et al., 2014). Um estilo parental democrático partilhado por ambos elementos da díade facilita o bom ajustamento da criança. Caso contrário, quando os pais divergem no estilo parental, confrontando a criança com mensagens educativas inconsistentes, o stress e os problemas de internalização aumentam.

Diversos estudos indicam uma ligação entre práticas educativas e ajustamento psicológico nos filhos, o facto é que a direccionalidade da ligação permanece dúbia. Dado

o designe correlacional que a maioria das investigações efectuadas a este nível utiliza, torna-se pouco claro se são as práticas educativas que afectam o ajustamento psicológico dos filhos, se são os comportamentos destes que afectam as práticas educativas, ou ambos. No entanto, os resultados de vários estudos longitudinais sugerem que as práticas educativas continuam a ter um peso significativo no ajustamento psicológico dos filhos, evidenciando-se uma forte complexidade dos mecanismos presentes neste processo (Maccoby, 2000).

Sintomas de Internalização (SI)

A internalização refere-se aos sintomas indicativos de perturbações de humor ou de ansiedade, tais como a culpa, preocupação, somatização e retraimento social (Achenbach & McConaughy, 1992). Os problemas de internalização têm sido caracterizados pela propensão de expressar comportamentos desajustados em direcção a si próprio, em oposição aos problemas de externalização, os quais se manifestam em direcção aos outros (Cosgrove et al., 2011). Vários estudos fornecem evidências de que a falta de uma parentalidade positiva leva a que as crianças possam apresentar um nível mais elevado nos *scores* de internalização (cf. Lamela, 2013). Demonstram também que a parentalidade positiva está associada a comportamentos mais adequados, principalmente na resolução de conflitos com os pares (Lima, 2003), sendo que a parentalidade positiva, realizada de forma sistemática e consistente, proporciona um suporte importante ou maior resistência à criança para o aparecimento de sintomas de internalização (Brown, 2004).

No entanto, a investigação empírica sobre os efeitos do ajustamento dos pais, parentalidade positiva e variáveis no divórcio nos sintomas de internalização da criança tem, essencialmente, estado circunscrita a estudos internacionais e reduzidos estudos com qualidade metodológica foram realizados em Portugal sobre este tema específico. Adicionalmente, a maioria dos estudos o ajustamento dos adultos ao divórcio é avaliado através de instrumentos que medem o *distress* psicológico global dos participantes, o que impossibilita compreender os níveis de ajustamento às tarefas desenvolvimentais associadas ao divórcio (Lamela et al., 2014). Finalmente, do nosso conhecimento, não existe relatado na literatura modelos preditivos que testem no mesmo modelo o contributo de variáveis associadas ao divórcio (i.e., tempo de divórcio e tipo de responsabilidades parentais), variáveis individuais dos pais (i.e., ajustamento psicológico ao divórcio) e variáveis diádicas (i.e., parentalidade) na predição dos níveis de internalização das crianças filhas de pais divorciados.

Com vista a contribuir para colmatar as limitações da investigação prévia, a presente investigação irá utilizar medidas psicometricamente validadas e teoricamente sustentadas para avaliar o ajustamento psicológico dos adultos ao divórcio, assim como considerar o efeito preditivo das variáveis individuais, parentais e do divórcio nos sintomas de internalização das crianças filhas de pais divorciados. Adicionalmente, pelo nosso conhecimento, este será o primeiro estudo a contemplar estas variáveis, o que poderá trazer contributos para o desenho de recomendações para intervenção psicológica com famílias com pais divorciados.

O presente estudo

O presente estudo tem três objetivos de investigação. Em primeiro lugar analisar se sintomas aumentados de internalização variam em função do nível de ajustamento psicológico dos pais. Em segundo, analisar se os sintomas a aumentados de internalização nas crianças variam em função da parentalidade positiva dos pais. Por fim, investigar se há diferenças nos sintomas aumentados de internalização das crianças de pais separados, em comparação com uma amostra de crianças em mães divorciadas de uma amostra em alto risco (vítimas de violência na intimidade).

Com base nos objetivos específicos definidos foram formuladas as seguintes hipóteses: (a) Hipótese 1: Espera-se que as crianças, cujos pais apresentem menores níveis de ajustamento psicológico ao divórcio, exibam mais sintomas de internalização do que as crianças, cujos pais apresentem maiores níveis de ajustamento psicológico ao divórcio; (b) Hipótese 2: Espera-se que menores níveis de parentalidade positiva estejam associados positivamente a níveis mais elevados de sintomas de internalização da criança; (c) Hipótese 3: Espera-se que crianças com mães divorciadas da comunidade apresentem menores níveis de sintomas de internalização do que crianças com mães divorciadas/separadas vítimas de violência na relação íntima.

Método

Participantes

Para a realização da presente investigação, recorreu-se a uma amostra de conveniência, constituída por 297 pais divorciados (24-25 anos, $M = 42.7$ anos; $DP = 7.9$ anos) de nacionalidade Portuguesa a residir no país na altura da recolha dos dados. Em média, os participantes relataram que o divórcio tinha ocorrido 5.24 anos antes de participarem no estudo ($DP=5.34$ anos). Setenta por cento dos participantes relataram ter

tido um período de separação antes do ato legal de divórcio (média do período de separação em dias = 124; $DP = 288.5$ dias). O divórcio foi litigioso para 30 participantes (9.6%) e foi mutuamente consentido para os restantes 284 participantes (90.4%). Nas crianças, a idade variou entre os 4 e os 16 ($M = 11.6$ anos; $DP = 5.1$ anos).

Medidas

Psychological Adjustment to Separation Test – Part A (Sweeper & Halford, 2006; versão portuguesa Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A., 2014). Este instrumento avalia o ajustamento psicológico ao divórcio, mais concretamente, a existência de emoções negativas, dificuldades de regulação emocional e sentimentos de solidão desencadeados pela experiência de divórcio. A PAST-A também avalia os sentimentos de vinculação ao ex-parceiro. A versão portuguesa da medida é composta por 19 itens que são respondidos numa escala de Likert de 7 pontos (desde ‘muito pobremente’ até ‘muito bem’). *Scores* mais elevados indicam menor ajustamento psicológico ao divórcio. A versão portuguesa da PAST-A apresentou excelentes propriedades psicométricas (Lamela et al., 2014).

Subescalas de Mestria ambiental e Auto-aceitação da Escalas de Bem-estar Psicológico (PWBS, Ryff & Keyes, 1995). A subescala de mestria ambiental mede o sentimento pessoal de mestria e competência na gestão do ambiente, assim como a capacidade de criar contextos apropriados para cumprir as necessidades pessoais. A subescala de auto-aceitação avalia a atitude positiva face ao *self*, os sentimentos positivos sobre o passado, assim como o auto-conhecimento e aceitação dos múltiplos aspectos do *self*. Cada escala é composta por 7 itens, que são respondidos numa escala de *Likert* de 6 pontos. *Scores* mais elevados reflectem maior mestria ambiental e maior auto-aceitação. A versão portuguesa apresenta níveis psicométricos satisfatórios (Duarte-Silva, & Peralta, 1997).

Strenghts & Difficulties Questionnaire (SDQ; Goodman, 1997). O SDQ foi desenvolvido como questionário de despiste clínico do mal-estar psicológico das crianças e adolescentes, estudos demonstram grande utilidade deste instrumento, em contexto escolar e em situações que sejam necessárias avaliar crianças, de forma rápida, mas precisa, com o intuito de prevenir e intervir adequadamente (Marzocchi, G., Capron, C., Pietro M., Tauleria, E., Duyme, M., Frigero, A., Gaspar, M., Hamilton, H., Python G., Simões A. & Thérond C., 2007). Neste estudo o SDQ será utilizado para avaliar os sintomas de internalização das crianças, sendo que para isso, serão utilizadas as subescalas de sintomas emocionais e problemas de relacionamento com os colegas, de acordo com as

recomendações dos autores (e.g., Goodman et al., 2010). Cada escala é composta por cinco itens, respondidos numa escala de três pontos (desde “não é verdadeiro” até “muito verdadeiro”). Quanto maior for a pontuação, maior os sintomas de internalização. Esta medida foi aferida para português por Fleitlich, Loureiro, Fonseca e Gaspar (2004).

Alabama Parenting Questionnaire – Short-version (APQ; Elgar, Waschbusch, Dadds, & Sigvaldason, 2007). O APQ permite avaliar as práticas parentais, ou seja, na díade entre pais e filhos. Para o presente estudo será utilizada a subescala da parentalidade positiva composta por 3 itens. Esta subescala avalia as recompensas positivas dos pais perante o comportamento adequado da criança, assim como a frequência das interações entre os pais e a criança. Os participantes são questionados sobre a frequência típica dos comportamentos parentais numa escala de Likert de cinco pontos (desde ‘nunca’ até ‘sempre’). Maiores scores indicam maior parentalidade positiva. Uma vez que nenhuma validade do construto estava disponível na língua Portuguesa, foi conduzida uma análise confirmatória para testar a validade de construto da parentalidade positiva na amostra actual.

Procedimentos

Os dados para o estudo actual derivam de um estudo Nacional Português sobre a experiência de divórcio. A recolha foi desenhada para recolher dados considerando três tópicos: variáveis sociodemográficas, experiência de divórcio em indivíduos adultos, e processos familiares após o divórcio (medidas de funcionamento da família, parentalidade, coparentalidade e medidas de ajustamento psicológico da criança). O terceiro tópico da pesquisa (família, parentalidade e medidas de ajustamento da criança) estava disponível apenas para os participantes que relataram na seção sócio demográfico ter tido pelo menos um filho com o ex-cônjuge. Nas situações em que existiam mais de uma criança foram solicitadas respostas considerando o filho mais novo. O levantamento de dados decorreu de junho a outubro de 2010, estando acessível na internet através de um portal português de pesquisa sobre o divórcio. Os participantes foram recrutados por meio de avisos nos meios de comunicação (jornais nacionais) e anúncios eletrónicos (e-mails a entidades públicas, contas institucionais, em anúncios, em fóruns nacionais e sites dedicados a questões familiares). Foram aplicadas as recomendações da American Psychological Association (Kraut et al., 2004) para a obtenção do consentimento informado e para o armazenamento e análise de dados de investigações *online*. Não foi fornecida qualquer compensação financeira. Dos 460 participantes no estudo com protocolos validados, 118 participantes

relatarem não ter tido filho com o ex-cônjuge, dos restantes 342 participantes, 28 não foram incluídos nas análises, uma vez que os filhos não preencheram os critérios de idade do SDQ (4-16 anos).

Procedimentos Estatísticos

Para análise estatística dos dados, recorreu-se ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão IBM SPSS Statistics 20. De início, foram conduzidas análises de estatística descritiva, nomeadamente à frequência, ao mínimo, máximo, média, desvio-padrão e percentagens das variáveis em estudo. Para testar as diferenças nas variáveis da parentalidade positiva em função dos grupos de sintomas de desajustamento psicológico, foram utilizados nos objectivos 1 e 3 o teste-t e no objetivo dois foi conduzida uma correlação bivariada de Pearson.

Resultados

Na Tabela 1, estão descritas as médias, desvio-padrão, variação e correlações de *Pearson* entre as principais variáveis contínuas em análise.

Tabela 1.

Dados Descritivos e Correlações entre Variáveis do Estudo

	Média	Desvio-padrão	Variação	1.	2.	3.	4.
1. Ajustamento psicológico ao divórcio (PAST-A)	36.89	.85	17-85	-			
2. Mestria ambiental	29.22	.32	11-42	-.40**			
3. Auto-aceitação	31.0	.41	8-42	-.53**	.72**		
4. Parentalidade positiva	13.26	.09	9-15	-.08	-.09	-.09	
5. Sintomas de internalização	4.11	.18	0-16	.15**	-.30**	-.31**	-.13*

* $p < .01$. ** $p < .001$.

Para testar as diferenças nos sintomas de internalização das crianças em função do ajustamento psicológico dos pais, foi, primeiramente, criados dois grupos de ajustamento psicológico dos pais, utilizando para o efeito o *score* total obtido pelos participantes no PAST-A. Para a dictomização da variável, recorreu-se ao percentil 75. Assim, considerando os valores, o percentil 75 situou-se no valor 46. Assim, foram distribuídos no grupo com ajustamento psicológico ao divórcio os participantes com valores iguais ou

inferiores a 46 ($n = 227$), sendo que os pais que relataram valores iguais ou superiores a 47 foram distribuídos no grupo sem ajustamento psicológico ao divórcio ($n = 70$).

Tal como se pode verificar na Figura 1A, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, em que os pais com menor ajustamento psicológico ao divórcio ($n = 70$) relataram mais sintomas de internalização nos filhos do que os pais com maior ajustamento ao divórcio ($n = 228$). Os pais com maior sentido de mestria ambiental ($n = 210$) relataram significativamente menos sintomas de internalização dos filhos, quando comparados com os pais com menor sentido de mestria ambiental ($n = 88$), (Figura 1B). Finalmente, tal como pode ser observado na Figura 1C, os pais com menores níveis de auto-aceitação ($n = 223$) evidenciaram níveis de sintomatologia de internalização significativamente superiores nos seus filhos, em comparação com pais com maiores níveis de auto-aceitação ($n = 75$).

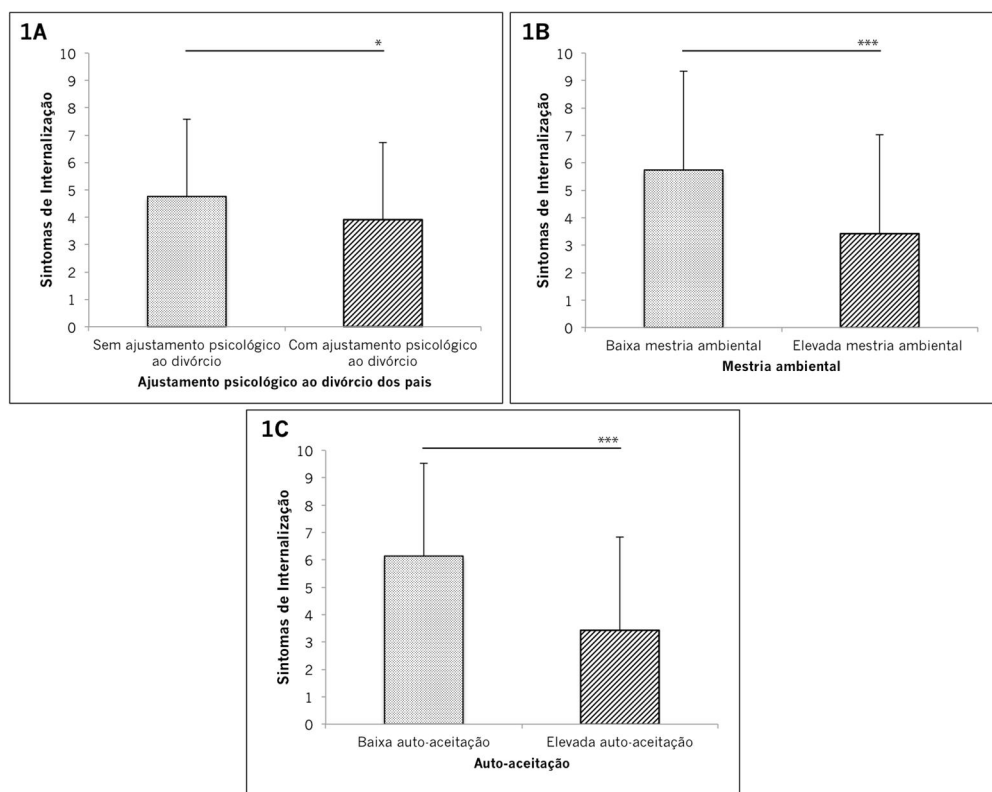


Figura 1. Diferenças nos sintomas de internalização, em função de indicadores de ajustamento psicológico dos pais

Foi encontrada uma associação negativa e significativa entre a parentalidade positiva e sintomas de internalização, $r^2 = -.13$, $p < .01$, tal como pode ser observado na

Tabela 1. De acordo com Cohen (1988), trata-se de uma correlação entre as duas variáveis de magnitude fraca.

Comparação entre crianças com mães divorciadas na comunidade com um grupo de crianças de alto-risco

Com o objectivo de comparar os sintomas de internalização de crianças de pais divorciados da comunidade com grupos de maior risco de desajustamento psicológico, recorreu-se a uma amostra de alto-risco composta por crianças expostas a violência nas relações íntimas, cujas mães se encontravam também divorciadas ou separadas. Da amostra de alto-risco, composta na sua totalidade por 155 mães vítimas sinalizadas de violência nas relações íntimas com crianças entre os 4 e os 10 anos de idade, foram seleccionadas apenas as mães que relataram estar divorciadas ou separadas do parceiro agressor ($N = 91$).

Para efeitos de teste das diferenças entre dois grupos de crianças ao nível dos sintomas de internalização, foram, na amostra dos pais divorciados da comunidade, seleccionados os participantes que cumpriam dois critérios: (1) ser do género feminino; (2) o filho-foco ter idade compreendida entre os 4 e os 10 anos. Desta forma, reduziu-se a variabilidade de potenciais covariáveis, que poderiam ter influência no comportamento das variáveis em análise. Dos 297 pais divorciados da comunidade da presente investigação, 86 participantes cumpriram os critérios de inclusão para teste estatístico da hipótese 3.

Assim, foram encontradas diferenças estatisticamente significativa nos sintomas de internalização entre as crianças de mães divorciadas do grupo da comunidade e as crianças de mães divorciadas/separadas do grupo de alto risco, $t(175) = -3.31$, $p < .001$, sendo que as crianças do grupo de alto-risco ($M = 6.96$, $SD = 3.98$) apresentou níveis significativamente superiores de sintomas de internalização do que as crianças do grupo da comunidade ($M = 5.28$, $SD = 2.77$).

Discussão

O presente estudo tinha três objectivos propostos para esta investigação: (1) Analisar se sintomas aumentados de internalização variam em função do nível de ajustamento psicológico dos pais, (2) analisar se os sintomas a aumentados de internalização nas crianças variam em função da parentalidade positiva dos pais, e por fim, (3) investigar se há diferenças nos sintomas aumentados de internalização das crianças de

pais separados, em comparação com uma amostra de crianças em mães divorciadas de uma amostra em alto risco (vítimas de violência na intimidade).

De uma forma global, os resultados sugeriram a existência de diferenças estatisticamente significativas, verificando que os pais com menor ajustamento psicológico ao divórcio relataram mais sintomas de internalização nos filhos do que os pais com maior ajustamento ao divórcio, os pais com maior sentido de mestria ambiental relataram significativamente menos sintomas de internalização dos filhos do que os pais com menor sentido de mestria ambiental e que os pais com menores níveis de auto-aceitação revelaram níveis de sintomatologia de internalização significativamente superiores nos seus filhos, em comparação com pais com maiores níveis de auto-aceitação.

Comparando os dados entre a amostra da comunidade e a amostra exposta a violência nas relações íntimas, foram encontradas diferenças estatisticamente significativa nos sintomas de internalização entre as crianças de mães divorciadas do grupo da comunidade e as crianças de mães divorciadas/separadas do grupo de alto risco, concluindo-se que as crianças do grupo de alto-risco apresentaram níveis significativamente superiores de sintomas de internalização comparadas com as crianças do grupo da comunidade.

Atendendo aos resultados obtidos nas duas amostras, facilmente nos questionamos: são os problemas de ajustamento das crianças mais bem explicados por outros fatores do que propriamente pelo próprio divórcio? São problemas transitórios ou traduzir-se-ão em sintomas de psicopatologia?

Estudos anteriores sobre esta temática apontam para duas orientações completamente contraditórias. Por um lado, alguns autores referem que o divórcio/separação parental é debilitante, que provoca efeitos negativos e duradouros no ajustamento a longo prazo da criança (e.g., Wallerstein et al., 2002), por outro lado referem que não existem efeitos negativos a longo prazo no ajustamento da criança (Harris, 1998). Atendendo a estas duas possibilidades, dados parecem sugerir que o divórcio pode produzir efeitos negativos no ajustamento da criança, na maior parte das vezes transitórios. No entanto, outras variáveis do funcionamento familiar e do funcionamento dos pais parecem estar mais associados aos efeitos negativos e duradouros no ajustamento a longo prazo (Lansford, 2009; Nunes-Costa et al., 2009), sendo que quando estas variáveis são controladas as diferenças no ajustamento psicológicos entre crianças com pais divorciados e pais casados não atingem a significância estatística (e.g., Lansford, 2009).

Por exemplo, na amostra da comunidade, verificamos que as variáveis (capacidade dos pais em se auto regularem; elevada mestria ambiental, elevada auto aceitação e parentalidade mais positiva) se traduzem em ajustamento positivo da criança, no entanto, na amostra exposta a violência nas relações íntimas, que evidenciaram sintomas de internalização ainda mais significativos, a exposição à violência íntima funciona como um fator de risco mais severo. Assim, a utilização destas duas amostras sugere que não é o divórcio por si que explica sintomas de internalização das crianças, mas sim o grau de exposição ao conflito por parte das crianças. Na amostra da comunidade, assumiu-se que o nível de conflito seja moderado a reduzido, enquanto na amostra de risco, o conflito, nas suas diferentes configurações, é elevado. Este resultado vai também de encontro ao mencionado no início da revisão bibliográfica, em que Amato et al. (2001) mencionava que as crianças que crescem em famílias estáveis apresentavam níveis mais elevados de qualidade de vida, beneficiavam de maiores níveis de efetividade parental, coparentalidade, proximidade emocional com ambos os pais e estão também sujeitas a menos situações de stress.

Em qualquer área a investigação é fundamental, assim torna-se evidente que quanto mais estudos aprofundarem a parentalidade também mais fácil se tornará a intervenção nesta área, beneficiando-se assim de duas formas, nas estratégias de intervenção parental, e também na melhoria significativa de comportamentos desajustados em direcção a si próprio/outros, das crianças.

Muitos pais podem lucrar com a intervenção mais direccionada à parentalidade no sentido de aprenderem novas habilidades que lhes garantam uma maior e melhor proximidade com os seus filhos. Ser Pai/Mãe pode parecer para alguns indivíduos um ato natural, mas nem sempre a resposta ao comportamento dos filhos é fácil e muito menos natural, perceberem e refletirem por si próprios no efeito que ser Pai/Mãe pode ter na criança é já uma grande vantagem para que o foco seja realmente o bem estar da criança e não os problemas que a rodeiam a ela ou à sua família.

De acordo com Schick (2002), a percepção da criança acerca do grau de conflito interparental funciona como um mediador na presença/ ausência de sintomas psicopatológicos, quanto maior a percepção da destrutibilidade dos conflitos entre os pais, maior o risco para problemas de ajustamento na criança.

Limitações

Um conjunto de limitações devem ser consideradas no presente estudo. Em primeiro, este estudo é transversal, o que não permite avaliar as trajetórias de internalização nas crianças e verificar se os sintomas de internalização agora verificados são realmente problemas transitórios de ajustamento psicológico. Em segundo, foram apenas utilizados instrumentos de auto-relato e os sintomas de internalização foram exclusivamente avaliados pelos pais. Investigações futuras devem introduzir dados recolhidos com outros informantes com vista a proceder-se à triangulação dos dados. Finalmente, não foram avaliados a frequência de vitimação conjugal prévia ao divórcio na amostra comunitária. Assumiu-se que, por se tratar de uma amostra comunitária, os níveis de VRI (violência nas relações de intimidade) seriam similares à média nacional e inferiores do que na amostra de alto risco, composta por mães vítimas de violência na intimidade. Com a medição da VRI seria possível o seu controlo estatístico e aumentar a validade dos resultados obtidos.

Apesar das limitações, o presente estudo procurou abordar a temática da internalização em crianças da comunidade após o divórcio, procurando apontar direções, no que diz respeito ao desenvolvimento de futuros estudos dentro desta temática, essenciais para a delimitação de diretrizes orientadoras para profissionais envolvidos no processo de intervenção com a família.

Referências Bibliográficas

- Achenbach, T., & McConaughy, S. (1992). Taxonomy of internalizing disorders of childhood and adolescence. In W. Reynolds (Ed.), *Internalizing disorders in children and adolescents* (pp. 19-60). Oxford: Wiley.
- Alarcão, M. (2006). (Des)Equilíbrios Familiares. Coimbra: Quarteto.
- Amato P., & Keith B. (1991). Parental divorce and the well-being of children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110, 26-46.
- Amato, P. (2005) The impact of family formation change on the cognitive, social, and emotional well-being of the next generation. *Future Child*, 15, 75-96.
- Amato, P. (1994). Life-span adjustment of children to their parents' divorce. *Future of Children*, 4, 143-164.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62(1), 1269–1287.

- Amato, P. (2001). Children of divorce in the 1990s: an update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 355-370.
- American Psychiatric Association (2000) DSM-IV-TR. Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais. 4ª ed. Lisboa: Climepsi.
- Barros, L. (2015) Intervenção com pais: processo e fases de mudança. In A. I. Pereira, A. R. Goes, & L. Barros (Eds.), *Promoção da parentalidade positiva: intervenções psicológicas com pais de crianças e adolescentes*. Lisboa: Coisas de Ler.
- Barroso, R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 1(52), 211-229.
- Baumeister, R. F., & Vohs, K. D. (2007). SelfRegulation, ego depletion, and motivation. *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 115-128.
- Baumrind, D. (1971). Harmonious parents and their preschool children. *Developmental Psychology*, 4(1), 99-102.
- Brown, G. W. (2004). Emotion and clinical depression: An environmental view. In M. Lewis & J. M. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of emotions* (2ª ed., pp. 75-90). New York: The Guilford Press.
- Campana, K., Henderson, S., Stolberg, A., & Schum, L. (2008) Paired maternal and parental parenting styles, child custody and children's emotional adjustment to divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 48, 1-20.
- Carrère, S., & Bowie, S. H. (2011). Like parent, like child: Parent and child emotion dysregulation. *Archives of Psychiatric Nursing*, 26(3), 23-30.
- Cheron, D. M., Ehrenreich, J. T., & Pincus, D. B. (2009). Assessment of parental experiential avoidance in a clinical sample of children with anxiety disorders. *Child Psychiatry and Human Development*, 40(3), 383-403.
- Clarke-Stewart, A., & Bretano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Cosgrove, V. E., Rhee, S. H., Gelhorn, H. L., Boeldt, D., Corley., R. C., Ehringer, M. & ... Hewitt, J. K. (2011). Structure and etiology of co-occurring internalizing and externalizing disorders in adolescents. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 39, 109–123.
- Cummings, E., & Davies, P. (2011). Marital conflict and children: An emotional security perspective. NY: Guilford.
- Cruz, O. (2005). Parentalidade. Coimbra: Quarteto.

- Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive processes. *Psychological Bulletin*, 110(1), 3-25.
- Duarte-Silva, E., & Peralta, E. (1997). O bem-estar psicológico em adultos: Estudo das características psicométricas da versão portuguesa das escalas de C. Ryff. In M. Gonçalves, I. Ribeiro, S. Araújo, C. Machado, L. Almeida & L. Simões (Eds.), *Avaliação psicológica: formas e contextos* (Vol. V, pp. 313-324). Braga, Portugal: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Elgar, F., Waschbusch, D., Dadds, M., & Sigvaldason, N. (2007). Development and validation of a short form of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*, 16(2), 243-259.
- Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2004). Questionário do SDQ, versão traduzida e adaptada para a população portuguesa. Consultado em <http://www.sdqinfo.com/a0.html>
- Goodman, A., Lamping, D., & Ploubidis, G. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): data from British parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(8), 1179-1191.
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581-586.
- Gutman, L. M., & Feinstein, L. (2010). Parenting behaviours and children's development from infancy to early childhood: Changes, continuities and contributions. *Early Child Development and Care*, 180(4), 535-556.
- Harris JR. The nurture assumption: why children turn out the way they do. New York: Free Press; 1998.
- Hetherington, M., & Kelly, J (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton.
- Kelly, J., & Emery, R. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52(4), 352-362.
- Kim, B. R. (2010). Mothers' affect dysregulation, depressive symptoms, and emotional availability during mother-infant interaction (Unpublished master thesis). The Pennsylvania State University.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory

- Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist*, 59(2), 105-117.
- Lamela, D. (2013). Divórcio e Funcionamento Psicológico em Adultos e crianças. Unpublished doctoral dissertation, Universidade do Minho, Portugal.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de um programa de intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 334-344.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2014). The Portuguese version of the Psychological Adjustment to Separation Test-Part A (PAST-A): A study with recently and non-recently divorced adults. *Journal of Happiness Studies*, 15, 387-406.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bstos, A., & Feinberg, M. (in press). Typologies of Post-divorce Coparenting and Parental Well-Being, Parenting Quality and Children's Psychological Adjustment. *Child Psychiatry & Human Development*
- Lansford, J. E. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, 4, 140–152.
- Lima, I. M. M. P. (2003). Cenários de educação e desenvolvimento: O meio familiar e seu impacto na educação e desenvolvimento da criança (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal
- Luhmann, M., Hofmann, W., Eid, M., & Lucas, R. E. (2012). Subjective well-being and adaptation to life events: A meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102, 592–615.
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-Child interaction. In O. M. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology*, (Vol. 4, pp. 1-101). New York: John Wiley.
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.
- Marzocchi, G., Capron, C., Pietro M., Tauleria, E., Duyme, M., Frigero, A., Gaspar, M., Hamilton, H., Pithon G., Simões A. & Thérond C. (2007). The use of the Strengths

- and Difficulties Questionnaire (SDQ) in Southern European countries. *European Child & Adolescent Psychiatry*, [Suppl 2] 13:II/40–II/46.
- McGoldrick, M., Carter, B., Garcia Preto, N. (2014) PearsonNew International Edition: The Expanded Family Life Cycle Individual, Family, Social Perspectives. Pearson Education Limited
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385-396.
- Patterson, G. R. (1982). Coercive family process. Eugene: Castalia.
- Pereira, A., Canavarro C., Cardoso M., & Mendonça, D. (2009). Patterns of parental rearing styles and child behaviour problems among Portuguese school-aged children. *Journal of Child and Family Studies*, 18(4), 454-464.
- Ramires, V. R. R. (2004). As transições familiares: A perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 9(2), 183-193.
- Raposo, H., Figueiredo, B., Lamela, D., Nunes Costa, R., Castro, M., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(1), 29-33.
- Reeb, B. T., Conger, K. J., & Wu, E. Y. (2010). Paternal depressive symptoms and adolescent functioning: The moderating effect of gender and father hostility. *Fathering*, 8(1), 131-142.
- Sanders, M. R. (2008). Triple P-Positive Parenting Program as a public health approach to strengthening parenting. *Journal of Family Psychology*, 22(4), 506-17.
- Sanders, M. R. (2012). Development, evaluation and multinational dissemination of the triple P-positive parenting program. *Annual Review of Clinical Psychology*, 8, 345-379.
- Sanders, M. R., & Mazzucchelli, T. G. (2013). The promotion of self-regulation through parenting interventions. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 16(1), 1-17.
- Schick A. (2002). Behavioral and emotional differences between children of divorce and children from intact families: clinical significance and mediating processes. *Swiss J Psychol*, 61:5-14.
- Souza, R. M. de. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 203-211.
- Sweeper, S., & Halford, K. (2006). Assessing adult adjustment to relationship separation: The Psychological Adjustment to Separation Test (PAST). *Journal of Family Psychology*, 20(4), 632-640.

- Tornara, M. L. G., Vandemeulebroecke, L., & Colpin, H. (2001). *Pedagogia familiar*. Montevideo: Trilice.
- Kane, P., & Garber, J. (2004). The relations among depression in fathers, children's psychopathology, and father-child conflict: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 24(3), 339-360.
- Kelly, J., & Emery, R. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52, 352-362.
- Krumrei, E. J., Mahoney, A., & Pargament, K. I. (2011). Spiritual stress and coping model of divorce: A longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, 25, 973-985.
- Wallerstein JS, Lewis JM, Blakeslee S. The unexpected legacy of divorce: a 25 year landmark study. New York: Hyperion; 2002.
- Yarnoz-Yaben, S. (2010). Hacia la copaternidad post-divorcio: percepcion del apoyo de la ex pareja en progenitores divorciados espanoles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 10, 295-307.